

6

Suellen Alves de Melo
Universidade Federal de Minas Gerais

NORMA DE GÓES MONTEIRO E O ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Embora alguns economistas considerem os anos de 1980 como uma “década perdida” para o país, Jardim (2014) argumenta que, para o campo arquivístico brasileiro, o período foi marcado pelo aparecimento de processos, atores e dinâmicas essenciais para a ascensão da área desde então. O autor apresenta como marcos daquela década a direção-geral do Arquivo Nacional (AN) por Celina Vargas do Amaral Peixoto a partir de 1980 e a aprovação da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados (Jardim, 2014).

Além desses marcos, a modernização do Arquivo Nacional também caracterizou o período. Durante a gestão de Celina Vargas foi realizado um diagnóstico sobre a situação do Arquivo Nacional. Esse diagnóstico revelou graves problemas na instituição: o edifício era inadequado e ameaçava desabar, parte dos documentos recolhidos não tinha identificação e havia uma série de erros técnicos (Jardim, 2014). A partir do diagnóstico foi elaborado e implementado o “Programa de Modernização Institucional do Arquivo Nacional”, que foi composto pelas seguintes áreas de atuação: recursos humanos, instalações físicas, acervo, implementação do Sistema Nacional de Arquivos e legislação voltada aos arquivos. Esse programa contou com a contribuição de funcionários do AN, profissionais da Fundação Getúlio Vargas e consultores internacionais. Também possibilitou que técnicos do Arquivo Nacional participassem de estágios e cursos nos Estados Unidos, Canadá e Europa (Jardim, 2014).

A professora Norma de Góes Monteiro participou intensamente desse processo de modernização do AN, tendo em vista que esteve à frente de alguns cargos na instituição durante a década de 1980, como da Coordenação de Arquivos Intermediários, da Coordenação de Arquivos Permanentes e do Conselho Editorial da Revista Acervo (Arquivo Nacional, 1985; 1986; Monteiro, 1988). Norma de Góes Monteiro foi professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo publicado os livros “Ideias políticas de Arthur Bernardes” e “Imigração e colonização em

Minas – 1889-1930”, entre outras obras. A professora Heloisa Starling, docente do curso de História da UFMG, em entrevista sobre os 50 anos de fundação do curso, destacou a contribuição da professora Norma de Góes Monteiro na cultura de pesquisa no Departamento de História da Universidade durante os anos de 1970 (Starling, 2007). No campo arquivístico, Norma de Góes Monteiro integrou o Comitê de Formação Profissional do Conselho Internacional de Arquivos como representante da Associação Latino-americana de Arquivos e produziu diversos trabalhos científicos, sobretudo voltados ao ensino arquivístico no Brasil (Monteiro, 1988).

A experiência vivenciada no Arquivo Nacional pela professora Norma de Góes Monteiro foi essencial para a cidade de Belo Horizonte durante o processo de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) no final da década de 1980. Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar a participação da professora Norma de Góes Monteiro nas discussões que culminaram na construção da referida instituição e na formulação da política de arquivos públicos e privados da capital mineira. Para tanto, a metodologia do trabalho compreendeu pesquisa qualitativa com o uso de bibliografia pertinente ao tema e o emprego de documentos de arquivo do Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, custodiado pelo APCBH.

O FIM DA DÉCADA DE 1980 E OS NOVOS TEMPOS PARA OS ARQUIVOS BELO-HORIZONTINOS

A década de 1980 é marcada pela redemocratização do Brasil e pela promulgação da Constituição de 1988. Como instrumento legal que dispõe a respeito de diversos direitos e deveres

da sociedade brasileira, a chamada Constituição Cidadã é especialmente importante para a área dos arquivos no país porque incluiu os documentos como patrimônio cultural e responsabilizou o Estado pela gestão documental da administração pública (Brasil, 1988). Este novo contexto no país foi fundamental para a promulgação da Lei n. 8.159/1991. De acordo com a referida lei, os estados, o Distrito Federal e os municípios deveriam definir suas respectivas políticas arquivísticas por meio de legislação (Brasil, 1991). Na capital de Minas Gerais tal fato ocorreu em maio de 1991, apenas alguns meses após a publicação da legislação federal. Esse pioneirismo belo-horizontino deveu-se sobretudo pela colaboração de Norma de Góes Monteiro, tendo em vista que sua participação no processo de modernização institucional do Arquivo Nacional beneficiou as discussões arquivísticas da capital mineira.

Para contextualizar o cenário arquivístico de Belo Horizonte daquela época, é preciso esclarecer que, embora o município tenha sido construído no final do século XIX, entre 1894 e 1897, até 1991 a cidade ainda não possuía uma instituição arquivística pública responsável pela preservação dos documentos permanentes e pela elaboração de uma política de gestão de documentos. Parrela (2009) explica que, antes mesmo de sua inauguração como nova capital de Minas Gerais, ainda na época da Comissão Construtora da Nova Capital, a administração pública já possuía serviços de arquivos. No entanto, a autora esclarece que, ao longo dos anos, quando a administração pública já havia sido organizada administrativamente como prefeitura, o tratamento aplicado aos arquivos do Poder Executivo Municipal passou por diferentes modelos de gestão: ora valorizados, ora abandonados, até mesmo sendo eliminados indiscriminadamente (Parrela, 2009). A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) chegou a possuir o Arquivo Municipal em sua estrutura administrativa, todavia, na gestão do prefeito Juscelino Kubitschek (1940-1945), o órgão não estava mais presente no organograma da Prefeitura. Além disso, parte dos documentos considerados importantes para a história

do município foram transferidos para o Museu Histórico, atual Museu Histórico Abílio Barreto. Dessa forma, o setor de arquivos da Prefeitura passou a ser caracterizado especialmente por sua natureza administrativa (Parrela, 2009).

Com a redemocratização do Brasil, no bojo das discussões para a criação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), a preservação do patrimônio municipal a partir da valorização de instituições culturais foi enfatizada pelo Poder Público belo-horizontino (Vieira, 2014). A Lei n. 5.562, de 31 de maio de 1989, criou a referida secretaria e atribuiu entre suas competências o planejamento e a coordenação das atividades de casas de espetáculos, museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e demais atividades culturais promovidas ou patrocinadas pela Prefeitura (Belo Horizonte, 1989). Dessa forma, as discussões sobre a criação da instituição arquivística pública para a capital mineira tornou-se fundamental naquele contexto.

Em 24 de agosto de 1989, a presidente da SMC, professora Berenice Menegale, instalou a comissão responsável pelos estudos que embasariam a elaboração de projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Além da professora Norma de Góes Monteiro, a comissão foi composta por Hélio Gravatá, bibliotecário e pesquisador do Arquivo Público Mineiro; Ismaíla de Moura Nunes, professora da Escola de Arquitetura da UFMG e engenheira da Secretaria Municipal de Planejamento; Josélia Santos Silva, historiadora e funcionária da Secretaria Municipal de Cultura; Leonardo José de Magalhães Gomes, historiador e diretor do Museu Histórico Abílio Barreto; Luiz Gonzaga Teixeira, professor da UFMG, assessor da Secretaria Municipal de Cultura e coordenador da comissão; Maria Auxiliadora de Faria, professora do curso de História da UFMG; e Roberto Borges Martins, professor do curso de Economia da UFMG (Secretaria Municipal de Cultura, 1989a).

Ao abrir os trabalhos da comissão, Berenice Menegale enfatizou que a construção do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte estava relacionada com a preocupação da administração municipal com a preservação da memória documental da cidade. Após reafirmar a importância do projeto para a Secretaria Municipal de Cultura, o coordenador da comissão, Luiz Gonzaga Teixeira, passou a palavra para a professora Norma de Góes Monteiro. Em sua fala, a historiadora fez um relato sobre sua experiência profissional no Arquivo Nacional e expôs as funções, objetivos, estrutura e funcionamento de um arquivo público. Também destacou que a moderna concepção de uma instituição arquivística compreendia que um arquivo público, além de ser importante para as áreas de história e cultura, é fundamental para a administração pública e para os munícipes (Secretaria Municipal de Cultura, 1989a).

Na segunda reunião da comissão, em 1º de setembro de 1989, a professora Norma de Góes Monteiro destacou que a sala de consultas poderia ser considerada o “espelho” da instituição, uma vez que o despreparo dos atendentes poderia dificultar o trabalho dos usuários e pesquisadores. Além disso, a professora também concordou com Hélio Gravatá, bibliotecário e pesquisador do Arquivo Público Mineiro, sobre o dever de o Arquivo ser uma instituição dinâmica, a qual não deveria ser apenas um depósito de papéis. Nesta ocasião, Norma de Góes Monteiro também apresentou aos demais colegas a 6ª versão do projeto de lei do Arquivo Nacional que versava sobre a política nacional de arquivos públicos e privados (posteriormente, Lei n. 8.159/1991). A professora considerava que o documento poderia ser utilizado pela comissão para a elaboração da política de arquivos de Belo Horizonte, já que o texto havia sido elaborado com base na nova Constituição. Também foi tema de debate dessa reunião o fato de a Prefeitura não possuir recursos para contratar pessoas para a equipe da instituição que seria criada. Para amenizar a situação, a professora Norma de Góes Monteiro comprometeu-se com a elaboração de um curso que preparasse servidores da própria PBH para

o levantamento documental que seria feito e, além disso, se dispôs a ser responsável pela seleção da equipe que trabalharia no APCBH (Secretaria Municipal de Cultura, 1989b).

Em 1º de dezembro de 1989 ocorreu a terceira reunião da comissão. Na ocasião, os anteprojetos de leis que versavam sobre a criação do APCBH e sobre a política municipal de arquivos públicos e privados foram apresentados e ficou decidido que eles seriam encaminhados ao prefeito para avaliação e, posteriormente, enviados à Câmara Municipal. Essa terceira reunião encerrou a primeira fase dos trabalhos para a criação do APCBH (Secretaria Municipal de Cultura, 1989c). Um ano mais tarde, no relatório de atividades de 1990 foi registrado que o prefeito Pimenta da Veiga designou a professora Norma de Góes Monteiro para ser a responsável pela promoção de estudos e gestões necessárias à implantação de sistema municipal de arquivos públicos e privados¹⁴ e à criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. O relatório também registrou que os projetos de leis se encontravam na Secretaria Municipal de Governo para revisão final e encaminhamento à Câmara Municipal (Secretaria Municipal de Cultura, 1990).

O ano de 1990 foi marcado por intenso trabalho realizado pela equipe liderada pela professora Norma de Góes Monteiro em prol da criação do APCBH. Como exemplos podem ser citadas a realização de recenseamento dos arquivos administrativos e técnicos da Prefeitura e a promoção do "Seminário Bases para a Implantação de um Arquivo Moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte". Este seminário ocorreu entre os dias 04 e 06 de setembro de 1990 e foi composto pelas seguintes exposições: "Arquivos públicos brasileiros - modernidade ainda que tardia?" por José Maria Jardim; "A legislação e a política de arquivos no Brasil" por Aurélio Wander Bastos; "A formação profissional do arquivista" por Norma de Góes

14

Apesar de ter existido a intenção de criar um sistema municipal de arquivos na Prefeitura de Belo Horizonte, a proposta não foi colocada em prática.

Monteiro; “O conceito e a prática da gestão de documentos” por José Maria Jardim; “Os novos documentos de arquivo” por Ana Maria de Lima Brandão; “Memória e história” por Francisco Iglésias e João Antônio de Paula (Secretaria Municipal de Cultura, 1990).

A publicação que reuniu os textos apresentados durante o evento registrou a concepção de arquivo moderno:

Um arquivo não é um depósito de papéis velhos. E não somente a oficina do historiador. Um arquivo moderno é um centro de divulgação e desenvolvimento científico-cultural, de apoio à administração pública e fonte de prova e informação ao cidadão (Secretaria Municipal de Cultura, 1991, s.n.).

No encerramento do seminário foram aprovadas em plenário sete recomendações, entre elas: que os projetos de lei de criação do APCBH e de instituição da política municipal de arquivos fossem encaminhados, com urgência, ao Poder Legislativo; que a Câmara Municipal apreciasse os projetos de lei, e os vereadores votassem de modo a promover a gestão de documentos do Poder Executivo municipal e a preservação dos documentos de guarda permanente; que a Prefeitura dotasse o APCBH de sede própria e promovesse a capacitação das pessoas que atuassem nos arquivos da administração pública (Secretaria Municipal de Cultura, 1990).

Das recomendações aprovadas, sem dúvidas, as duas primeiras foram realizadas pelos poderes Executivo e Legislativo, tendo em vista que, em 20 de maio de 1991, as leis n. 5.899 e 5.900 foram promulgadas. A Lei n. 5.899/1991 estabeleceu a política municipal de arquivos públicos e privados, e a Lei n. 5.900/1991 criou o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 1991, Lei n. 5.899, Lei n. 5.900). Ao comparar a Lei Municipal n. 5.899/1991 com a Lei Nacional 8.159/1991 é possível perceber que os textos são muito semelhantes, inclusive com a menção da criação de um conselho municipal de arquivos como o modelo federal, proposta

que ainda não foi executada na capital mineira (Belo Horizonte, 1991, Lei n. 5.899; Brasil, Lei n. 8.159, 1991). De acordo com a política municipal de arquivos públicos e privados, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ficou responsável pela:

[...] gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo e a normatização, gestão, conservação e organização dos documentos dos arquivos municipais, de modo a facultar o seu acesso e implementar a política municipal de arquivos (Belo Horizonte, 1991, Lei n. 5.899, Art. 15).

As recomendações relacionadas à equipe técnica e à sede da instituição seguem como questões a serem resolvidas pela Prefeitura de Belo Horizonte. Em relação à sede, desde a primeira reunião da comissão instalada pela Secretaria Municipal de Cultura, vários espaços da cidade já foram requisitados para abrigar permanentemente o APCBH. Todavia, a instituição ainda não possui sede própria, ocupando um prédio alugado desde 1996. Segundo Chagas (2016), apesar do local não ser apropriado para abrigar uma instituição arquivística, ao longo dos anos, adaptações foram feitas com o objetivo de tornar o local melhor estruturado aos trabalhos da equipe técnica, ao armazenamento dos documentos e ao atendimento à sociedade.

De acordo com a cronologia dos 30 anos do APCBH, a professora Norma de Góes Monteiro foi a primeira diretora da instituição, permanecendo no cargo até maio de 1995. Durante este período, a instituição desenvolveu diversos projetos, como, por exemplo, a “Evolução da Estrutura Organizacional do Município de Belo Horizonte (1894-1990)”, iniciativa fundamental para compreender a produção documental da Prefeitura e contribuir na elaboração do quadro de arranjo e de instrumentos de pesquisa (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, s.d.). A professora Norma de Góes Monteiro também se empenhou para que a instituição fizesse parte das discussões arquivísticas nacionais e internacionais, a partir da participação de pessoas da equipe do APCBH em eventos da área, assim

como na formação da biblioteca técnica do órgão. A respeito deste último fato, é interessante que, ainda em 1990, a professora Norma de Góes Monteiro, enviou cartas para instituições como Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros e Associação dos Arquivistas da França solicitando o envio de livros e demais publicações para formação da referida biblioteca (Secretaria Municipal de Cultura, 1990).

Em relação à gestão de documentos, a instituição passou a manter contato com os órgãos da PBH com o objetivo de orientar os servidores sobre a organização dos documentos correntes e acerca da transferência de documentos para o arquivo intermediário. Em 1993, a instituição iniciou o atendimento ao público e foi aprovado o projeto "Implantação de Gestão de Documentos na PBH", o qual contribuiu para o início do trabalho da comissão responsável pela elaboração da tabela de temporalidade e destinação de documentos da Prefeitura em 1994 (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, s.d.).

Sob a concepção de "arquivo moderno", a professora Norma de Góes Monteiro também direcionou parte do trabalho da instituição para estratégias de aproximação à sociedade. Nesse sentido, foi criado em 1993 o projeto "Banco de Teses sobre a História de Belo Horizonte e Minas Gerais", posteriormente denominado "Novos Registros", com o objetivo de convidar pesquisadoras e pesquisadores para apresentar seus trabalhos para o público interessado e constituir o acervo da biblioteca do APCBH com a doação de exemplares das produções acadêmicas desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação. Dessa forma, além de criar vínculos com a comunidade acadêmica e subsidiar novas pesquisas com a formação de um conjunto de dissertações e teses, desde sua criação, o projeto "Novos Registros" vem possibilitando que diferentes públicos sejam contemplados pelas atividades do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, tendo em vista que as edições do evento são realizadas em locais externos à sede da instituição (Arquivo Público da Cidade

de Belo Horizonte, 2017). Além dos “Novos Registros”, nos primeiros anos de atuação, o APCBH criou o projeto “Arquivo Vivo – Uma Proposta Educativa”, que tinha como objetivo apresentar o acervo da instituição e as possibilidades de trabalho com os documentos de arquivo para o público escolar (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2001) – inclusive este público, ao longo dos anos, vem sendo privilegiado pelas estratégias da instituição voltadas à difusão e educação pelo patrimônio cultural, o que tem contribuído para seu destaque no cenário nacional em relação às atividades educativas.

A participação da professora Norma de Góes Monteiro nos trabalhos de criação do APCBH foi primordial para agilizar o processo da construção da política municipal de arquivos de Belo Horizonte, sobretudo devido a sua experiência no Arquivo Nacional e ao seu conhecimento acerca do projeto da lei nacional de arquivos. Durante sua passagem pela instituição, Norma de Góes Monteiro estreitou a relação do APCBH com outras instituições, como o Arquivo Nacional e o Conselho Internacional de Arquivos.

Analisando o período anterior à criação do APCBH e os anos de sua gestão, é possível perceber o empenho da historiadora em fazer com que o órgão fosse um arquivo moderno voltado para a divulgação e desenvolvimento científico-cultural, além de apoiar a administração pública e preservar documentos como fonte de prova e informação (Secretaria Municipal de Cultura, 1991). Em 2011, ao ser homenageada no aniversário de 20 anos da instituição, ela recorreu o trabalho de convencimento que teve que realizar nas secretarias da Prefeitura acerca da importância da memória e da gestão de documentos (Belo Horizonte, 2011). Em um cenário em que não havia o cuidado devido com os documentos da administração pública, em que muitos deles eram eliminados indiscriminadamente e, além disso, que ainda não havia a oferta de curso de Arquivologia em Belo Horizonte, certamente, não foi fácil modificar a realidade documental da Prefeitura e criar o APCBH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho destacou a participação de Norma de Góes Monteiro no processo de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Apesar disso, é preciso enfatizar que a professora não desenvolveu as atividades de maneira solitária. Antes da criação do APCBH e ao longo de sua gestão, Norma de Góes Monteiro esteve cercada de outras pessoas, que foram essenciais no processo de consolidação dos trabalhos da instituição. Técnicas e técnicos que nem sempre possuíam a formação teórica da área, mas que aprenderam na prática o que fazer arquivístico.

Dito isto, é claro que a experiência de Norma de Góes Monteiro no Arquivo Nacional e sua dedicação aos arquivos belo-horizontinos possibilitaram um novo tempo para a gestão e preservação de documentos da administração pública da capital mineira nos anos de 1990. No entanto, a década de 1980 não foi um tempo perdido para o campo arquivístico de Belo Horizonte porque, naquele cenário de redemocratização do país, a administração pública investiu nos arquivos do município. Pessoas são essenciais nos processos administrativos, mas suas ações apenas são instrumentalizadas a partir da presença de diferentes recursos. Apesar de não ter apresentado a situação contemporânea do APCBH, como as demais instituições brasileiras que atuam em prol dos arquivos, o órgão carece de visibilidade na estrutura da administração pública. O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte é uma instituição arquivística reconhecida nacionalmente por seus trabalhos, especialmente aqueles relacionados à educação pelo patrimônio cultural, contudo o órgão tem carecido de recursos, principalmente no que diz respeito à sua atuação na gestão de documentos. A instituição tem carecido de políticas públicas de Estado – e não de governo – que garantam sua existência e atuação ao longo dos anos. Fica aqui registrado esse manifesto.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-251, jul./dez. 1986.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Orientações para avaliação e arquivamento intermediário em arquivos públicos**. Publicações técnicas 41. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **30 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - Cronologia**. Sem data. Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **A trajetória do projeto Novos Registros do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, v. 3, 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Guia do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, APCBH, 2001.

BELO HORIZONTE. 20 anos do Arquivo Público: momentos de reconhecer as conquistas. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, ano XVII, n. 3.831, p. 2, 21 maio 2011.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.562, de 31 de maio de 1989**. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.899, de 20 de maio de 1991**. Dispõe sobre a política municipal de arquivos público e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.900, de 20 de maio de 1991**. Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispões sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 26 jul. 2023.

CHAGAS, C. A. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte:** a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil. 2016. 261 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AM2PLJ>. Acesso em: 26 jul. 2023.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. *In*: MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (Orgs.). **História da arquivologia no Brasil:** instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. p. 143-172.

MONTEIRO, N. de G. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 79-89, jul./dez. 1988.

PARRELA, I. D. **Entre arquivos, bibliotecas e museus:** a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira – 1895-1937. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). **Ata da reunião de instalação da comissão incumbida de realizar estudos visando à elaboração do projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.** 24 ago. 1989. Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1989a).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). **Ata da segunda reunião da comissão incumbida de realizar estudos visando à elaboração do projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.** 1º set. 1989. Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1989b).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). **Ata da terceira reunião da comissão incumbida de realizar estudos visando à elaboração do projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.** 1º dez. 1989. Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1989c).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). **Relatório 1990.** Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (1990).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (BELO HORIZONTE). Seminário Bases para a Implantação de um Arquivo Moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. 1990, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

STARLING, H. Curso de história completa 50 anos de fundação. **Boletim da UFMG**, Belo Horizonte, n. 1592, ano 34, 26 nov. 2007. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/1592/curso-de-historia-completa-50-anos-de-fundacao-1>. Acesso em: 26 jul. 2023.

VIEIRA, L. C. F. **A tabela de temporalidade de documentos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**: histórico de criação e reflexões sobre a sua utilização. 2014. Monografia (Graduação) – Curso de Arquivologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.